



**Câmara Municipal de Natal**

Palácio Frei Miguelinho

Gabinete do Vereador Hermes Câmara



CMN - PROJETO DE LEI

Número: 238/2021

Fls. 3

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA, TURISMO, COMÉRCIO E EMPREENDEDORISMO**

**Objeto:** Projeto de lei nº. 238/2021

**Interessado:** Vereador Raniere Barbosa

**Assunto:** Institui as regras e critérios para a contratação, realização ou a formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do poder executivo no Município de Natal, e dá outras providências.

**Relator:** Vereador Hermes Câmara

**RELATÓRIO**

Trata a matéria de Projeto de Lei nº. 238/2021, apresentada pelo Vereador Raniere Barbosa, o qual institui as regras e critérios para a contratação, realização ou a formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do poder executivo no Município de Natal.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, opinou parecer favorável à citada proposição (fls. 14 a 23);

Parecer favorável dado pela Comissão de Finanças, Orçamentos, Controle e fiscalização (fl. 26 e 27);

Ato Contínuo, baixou com vistas à Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo, sendo avocada por este vereador a relatoria da matéria.

É o que importa relatar.

**PARECER**

**COMISSÕES TÉCNICAS  
RECEBIDO  
em 05/09/2022**

Preliminarmente, é de bom alvitre esclarecer que a presente análise se atém exclusivamente aos limites da área da atividade desta Comissão, em atendimento às





**Câmara Municipal de Natal**

Palácio Frei Miguelinho

Gabinete do Vereador Hermes Câmara



CMN - PROJETO DE LEI

Número: 23.012.01

8/8

normas aplicáveis à espécie, conforme preconiza o regimento interno desta casa legislativa.

Compulsando os autos da proposição em epígrafe, observamos que este institui as regras e critérios para a contratação, realização ou a formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do poder executivo no Município de Natal.

Na atualidade, é inegável a importância do turismo de eventos como uma das formas para potencializar o desenvolvimento turístico de uma região ou localidade. De fato, o turismo de eventos tem vindo a assumir, cada vez mais, um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico de um país, região ou localidade: criam empregos diretos ou indiretos; proporcionam uma melhoria da infraestrutura básica e turística do local; promovem o crescimento e a comercialização de produtos; fomentam o intercâmbio entre turistas e anfitriões, etc.

Entretanto faz-se necessário a instituição de critérios e normas para a realização e apoio aos eventos relacionados a cultura e ao turismo local, tendo em vista da necessidade de alinhamento às regras jurídicas a fim de garantir uma correta aplicação dos princípios legais à administração municipal.

A Carta Magna de 1988 promoveu a afirmação do Estado Democrático de Direito, ao definir que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; além dos preceitos básicos distribuídos nos 21 incisos e 10 parágrafos do artigo 37 e das demais regras previstas nos artigos 38 a 42 daquela norma.

A constitucionalização dos princípios básicos da Administração Pública tem como propósito garantir a honestidade na gerência da "res pública" e permitir a





Câmara Municipal de Natal

Palácio Frei Miguelinho

Gabinete do Vereador Hermes Câmara



CMN - PROJETO DE LEI

Número: 238/2021

Folhas: 324

responsabilização dos agentes públicos que descumprirem essas diretrizes obrigatórias.

O acompanhamento dos recursos financeiros da gestão pública permite à sociedade civil exercer um papel fundamental na identificação de fraudes; suas ocorrências impedem o crescimento do país, solapando a legitimidade da gestão pública, fato que pode ocasionar uma redução do bem estar coletivo, em prol de interesses individuais, ocasionando a queda de sua imagem. Uma administração transparente permite a participação do cidadão na gestão e no controle da administração pública e, para que essa expectativa se torne realidade, é essencial que ele tenha capacidade de conhecer e compreender as informações divulgadas.

Desta forma, após tramitação perante as devidas comissões e, nesta oportunidade, Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo, entendo que a proposta normativa ora relatada encontra-se apta para apreciação e deliberação do plenário.

**DISPOSITIVO**

Pelo Exposto, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº. 238/2021.

Natal, 30 de março de 2022.

  
Hermes Câmara  
Vereador

